

AGENCIAMENTOS COLETIVOS E POLÍTICAS PÚBLICAS EM COMUNIDADES DO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA**ACCIONES COLECTIVAS Y POLÍTICAS PÚBLICAS EN COMUNIDADES DE LA PERIFERIA DE SALVADOR: RELATO DE EXPERIENCIA****COLLECTIVE ACTIONS AND PUBLIC POLICIES IN SUBURBAN COMMUNITIES OF SALVADOR: EXPERIENCE REPORT**

Recebido em: 20/12/2024

Aceito em: 01/02/2025

Publicação: 31/05/2025

Gabriel Barros Bordignon¹
Centro Universitário do Triângulo

Resumo: O presente relato de experiência apresenta o trabalho de dois coletivos que atuam em comunidades do Subúrbio Ferroviário de Salvador-BA – Associação Emília Machado (Marechal Rondon) e Centro Cultural Teatro É ao Quadrado (Alto do Cabrito) –, com o objetivo de demonstrar como a atuação interseccional de tais grupos influencia na implantação de políticas públicas destinadas a seus territórios. O relato integra uma pesquisa de doutorado em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), e os procedimentos metodológicos adotados foram: visitas técnicas aos bairros, atividades de campo junto aos coletivos e pesquisa bibliográfica. O trabalho aponta que coletivos que atuam em territórios populares, são importantes para o fortalecimento político e para a visibilidade de suas comunidades. Os territórios periféricos brasileiros – apesar do desinteresse dos setores público e privado, que sustentam uma lógica urbana neoliberal – apresentam um grande potencial de transformação social a partir de ações locais envolvendo suas populações. O estudo mostra que a valorização de agenciamentos coletivos (movimentos sociais, ONGs, associações de bairros, grupos artísticos etc.) é uma forma eficaz de produzir políticas públicas de qualidade, com uma participação cidadã efetiva, fundamental para que os territórios que mais necessitam de atenção, possam ser contemplados.

Palavras-chave: Agenciamentos Coletivos; Interseccionalidades; Políticas Públicas; Coletivos Populares; Salvador.

Resumen: Este relato de experiencia presenta el trabajo de dos colectivos actuantes en comunidades periféricas de Salvador-BA – Asociación Emília Machado (Marechal Rondon) y Centro Cultural Teatro É ao Quadrado (Alto do Cabrito) – a fin de demostrar cómo el trabajo interseccional de estos grupos influye en la implementación de políticas públicas en sus territorios. El relato forma parte de una investigación de doctorado en arquitectura y urbanismo de la Universidad Federal de Bahía (UFBA), y los procedimientos metodológicos adoptados fueron: visitas técnicas a los barrios, actividades de campo con los colectivos e investigación bibliográfica. El trabajo demuestra que los colectivos activos en territorios populares son importantes para el fortalecimiento político y la visibilidad de sus comunidades. Los territorios periféricos de Brasil – a pesar de la falta de interés de los sectores público y privado, que sostienen una lógica urbana neoliberal – tienen un gran potencial de transformación social a través de acciones locales que envuelven a sus poblaciones. El estudio demuestra que la valorización de la acción colectiva (movimientos sociales, ONGs, asociaciones de barrios, grupos artísticos etc.) es una forma eficaz de producir políticas públicas de calidad, con una participación ciudadana efectiva, fundamental para que los territorios más necesitados de atención sean contemplados.

Palabras-chaves: Acciones Colectivas; Interseccionalidades; Políticas Públicas; Colectivos Populares; Salvador.

Abstract: This experience report presents the work of two collectives that act in suburban communities of Salvador-BA – Emília Machado Association (Marechal Rondon) and Teatro É ao Quadrado Cultural Center (Alto

¹ Doutor em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-AU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador-BA. Professor no Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Triângulo (UNITRI), Uberlândia-MG. E-mail: gabrielbbordignon@gmail.com

do Cabrito) – with the aim of demonstrating how the intersectional work of these groups influences the implementation of public policies aimed at their territories. The report is part of a doctoral research study in architecture and urbanism at the Federal University of Bahia (UFBA), and the methodological processes adopted were: technical visits to the communities, field activities with the collectives and bibliographical research. The work points out that collectives working in popular territories are important for the political strengthening and visibility of their communities. Brazil's peripheral territories – despite the lack of interest from the public and private sectors, which support a neoliberal urban logic – have great potential for social transformation based on local actions involving their populations. The study shows that valuing collective action (social movements, NGOs, neighborhood associations, artistic groups etc.) is an effective way of producing qualitative public policies, with effective citizen participation, which is fundamental for the territories most in need of attention to be contemplated.

Keyword: Collective Actions; Intersectionalities; Public Policies; Popular Collectives; Salvador.

INTRODUÇÃO

Entre sua fundação em 1549 até o ano de 1763, Salvador-BA foi a cidade mais importante do Brasil, acumulando funções político-administrativas e mercantis (Carvalho; Corso-Pereira, 2013). Entretanto, após a transferência da capital nacional para o Rio de Janeiro-RJ, e a posterior concentração das atividades econômicas no centro-sul do território da então colônia portuguesa, a atual capital baiana passa por um longo período de estagnação. Apenas na década de 1940, Salvador passaria por um novo momento de crescimento populacional. Foi nesse período que se multiplicaram as ocupações urbanas, chamadas pejorativamente de ‘invasões’. Famílias sem recursos e sem moradias, passavam a construir suas casas e, conseqüentemente, a construir bairros inteiros em terrenos públicos e privados, à revelia dos proprietários. Tais ocupações foram combatidas pelo Estado, e muitas famílias foram realocadas para regiões periféricas e bastante distantes do centro urbano. A dinâmica de alocar populações mais empobrecidas em regiões distantes das principais atividades socioeconômicas da cidade, se repetiria em outros momentos da história de Salvador, consolidando um padrão ocupacional segregacionista que, entre outros fatores, contribui para determinar a fragmentação urbana atual da cidade.

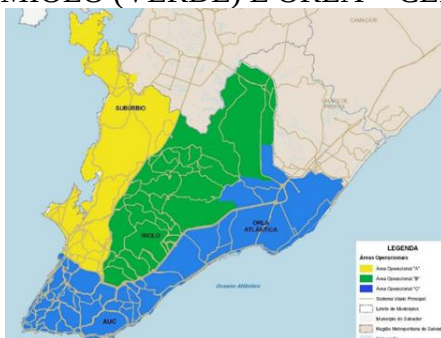
Entre os anos 1950 e 1980, Salvador experimentou um período de grande crescimento econômico e populacional, decorrente da extração de petróleo na região e da implantação de outras indústrias (Carvalho; Corso-Pereira, 2013). As questões da desigualdade e da pobreza, entretanto, não foram sanadas pela industrialização, visto que ainda havia excedente de mão-de-obra, fluxo migratório, crescimento populacional e expansão urbana desordenada.

No contexto da abertura da Avenida Luís Viana Filho, conhecida como ‘Paralela’, o crescimento de Salvador é orientado para a Orla Atlântica Norte, em oposição à tradicional ocupação do entorno da Baía de Todos os Santos, onde a cidade, historicamente, se desenvolvera ao redor de sua região portuária. Os espaços vazios ao Norte, já previamente

loteados por um pujante e politicamente influente setor imobiliário, passam a abrigar, a partir dos anos 1970, os condomínios voltados para as camadas de mais alta renda, assim como uma variedade de comércios, serviços, espaços de lazer, *shopping centers*, hotéis, equipamentos de educação e saúde, parques e atrações turísticas. No mesmo contexto, no interior do município, conhecido como ‘Miolo’, predominam os conjuntos habitacionais para populações de baixa renda e algumas ocupações, com poucos equipamentos urbanos, serviços e espaços de uso coletivo. O Centro Histórico de Salvador, por seu grande potencial turístico e patrimonial, passa, desde os anos 1990, por um processo de gentrificação, também ancorado na especulação imobiliária. Já a região do Subúrbio Ferroviário, foi relegada às classes mais empobrecidas e socialmente vulneráveis, apresentando baixo controle urbanístico, construções bastante precárias, deficiências em infraestrutura urbana, precarização e informalização do trabalho, poucos espaços públicos e altos índices de violência.

A fragmentação urbana de Salvador é reflexo de sua complexa dinâmica de ocupação territorial, e da influência de uma elite histórica que atua, sobretudo, por meio da especulação imobiliária. Tal lógica corporativa e segregacionista manifesta-se também no âmbito legal. A Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (LOUOS) aprovada em 1984, por exemplo, leva em consideração apenas o que se define por ‘cidade formal’, enquanto os territórios populares, ou ‘informais’, expandem-se desordenadamente. Também no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 2004, foram colocados parâmetros construtivos cada vez mais permissivos, focados no aumento do potencial construtivo das áreas de maior interesse do setor imobiliário, enquanto os bairros vulnerabilizados recebem pouca atenção em relação a seus diversos problemas urbanos e sociais. A partir do PDDU de 2008 e, posteriormente, no de 2016, algumas mudanças são implementadas em relação a tal lógica, o que ainda não diminui a influência da especulação imobiliária na gestão da cidade.

IMAGEM 1 – MAPA DAS GRANDES REGIÕES DE SALVADOR - SUBÚRBIO (AMARELO), MIOLO (VERDE) E ORLA + CENTRO (AZUL).



Fonte: Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Salvador, 2018

DOI: <https://doi.org/10.62236/missoes.v11i2.391>

ISSN: 2447-0244

O Subúrbio Ferroviário de Salvador, portanto, é uma região que concentra os bairros de maior vulnerabilidade socioeconômica da cidade. É comum que as comunidades apresentem certo desordenamento na ocupação dos territórios, ruas estreitas, problemas com a coleta de lixo, deficiência na oferta de infraestrutura urbana, como água e esgoto tratados, insuficiência de equipamentos públicos de saúde e de educação, assim como de espaços públicos como praças, parques e outros locais de desenvolvimento de atividades coletivas e de lazer. O problema da violência urbana e do tráfico de drogas também é outra característica marcante do Subúrbio Ferroviário de Salvador, indissociável de seu contexto mais amplo de vulnerabilidade.

Com poucas atrações turísticas, baixa atratividade para o setor da construção civil, distante das áreas que concentram atualmente a especulação imobiliária de Salvador, baixo interesse de investimento por parte do setor privado, e baixo retorno político-eleitoreiro para investimentos do setor público, o Subúrbio Ferroviário de Salvador apresenta uma grande carência de políticas públicas destinadas especificamente às suas comunidades. A necessidade de organização popular em tais territórios, portanto, dado o contexto de vulnerabilidade apresentado, existe desde as primeiras ocupações. Na atualidade, tal necessidade de articulação comunitária continua sendo fundamental, visto que o modelo de gestão neoliberal que predomina na grande maioria das metrópoles brasileiras, coloca tais territórios em situação de abandono no que se refere à elaboração e implantação de políticas públicas. Vale apontar ainda que, para além do desinteresse por motivos econômicos, em um contexto em que as políticas públicas são construídas com base em informações e dados urbanos, o abandono dos territórios populares faz com que não haja dados consistentes relacionados a tais barros que possam embasar políticas públicas eficientes e/ou intervenções urbanas efetivas.

Os coletivos organizados em bairros vulnerabilizados, portanto, buscam resgatar a visibilidade de tais territórios, fortalecer o sentido de pertencimento de moradoras e moradores para com suas comunidades, produzir conhecimentos e informações sobre seus bairros, para que tais dados urbanos embasem políticas públicas direcionadas e, por fim, produzir transformações urbanas no sentido de melhorar a qualidade de vida de suas populações.

O presente relato de experiência encontra-se no contexto de uma pesquisa de doutorado em arquitetura e urbanismo realizada na Universidade Federal da Bahia (UFBA), que investiga as relações entre o desenvolvimento das cidades brasileiras e a adoção sistemática dos paradigmas tecnológicos *smart* (cidades inteligentes, casas inteligentes, internet das coisas, inteligência artificial, sensores urbanos, *smartphones*, algoritmos, *big data* etc.). No decorrer da pesquisa, realizaram-se algumas incursões práticas em comunidades vulnerabilizadas de

Salvador, justamente com o objetivo de se observar as desigualdades urbanas sob a ótica das tecnologias da informação e comunicação (TIC). Nesse contexto, diversas atividades foram realizadas nas comunidades de Marechal Rondon, onde atua a ONG Associação Emília Machado (AEM-BA), e do Alto do Cabrito, onde funciona a ONG Centro Cultural Teatro É ao Quadrado (E²). O presente texto, portanto, versa sobre a atuação desses dois coletivos no âmbito da construção de políticas públicas destinadas a seus bairros.

METODOLOGIA

O presente relato de experiência baseia-se em procedimentos metodológicos que relacionam investigações teóricas e experiências práticas dentro do escopo da atuação dos coletivos ONG Associação Emília Machado (AEM-BA) e ONG Centro Cultural Teatro É ao Quadrado (E²) no sentido da elaboração e do fortalecimento de políticas públicas destinadas a seus respectivos territórios.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para a contextualização do desenvolvimento urbano de Salvador, mais especificamente, das atuais condições urbanas de seu Subúrbio Ferroviário, dentro de conceitos como “gestão neoliberal”, “especulação imobiliária”, “direito à cidade”, “participação cidadã”, “cidadania insurgente” e “geração cidadã de dados”. Em um segundo momento foram realizadas as atividades práticas junto aos referidos coletivos, nos bairros de Marechal Rondon e Alto do Cabrito. As experiências empíricas abrangeram visitas técnicas aos bairros e aos espaços de atuação dos coletivos, realização de palestras e mesas redondas em eventos acadêmicos e de aulas abertas para as comunidades, conversas e entrevistas com os jovens que compõem os coletivos e com suas lideranças, participação em eventos, feiras e confraternizações comunitárias, por fim, participação e realização de oficinas de mapeamento colaborativo em campo para produção de dados sobre os territórios por meio de plataformas tecnológicas. Todas as atividades práticas foram realizadas de forma voluntária, sem fins lucrativos, e em parceria com projetos de pesquisa e extensão da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

DESENVOLVIMENTO

O conceito de ‘direito à cidade’ (Lefebvre, 2001) não se resume, unicamente, ao direito de todo cidadão de circular e de acessar, habitar e utilizar a cidade, seus espaços públicos e serviços urbanos. A ideia se refere, sobretudo, ao direito de todo cidadão de participar da produção, das tomadas de decisões, e da transformação das cidades a partir, e em função de

interesses coletivos e democráticos. David Harvey (2013) reitera, ademais, que os habitantes das cidades no período contemporâneo, sob o neoliberalismo como modelo predominante de gestão urbana, apenas podem exercer o direito à cidade a partir do momento em que puderem participar, de forma deliberativa, da elaboração e da utilização do orçamento municipal na construção de políticas públicas. Tais visões são concordantes com o próprio Estatuto da Cidade (2001) brasileiro, que coloca a ‘participação cidadã’ como elemento essencial da gestão democrática na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas, projetos e políticas de desenvolvimento urbano no país.

No Brasil contemporâneo, entretanto, tais importantes conceitos convivem com ideias como a de ‘empreendedorismo urbano’ que, grosso modo, compreende a cidade como uma empresa, que deve ser competitiva e atrair investimentos a todo custo, permitindo, assim, que atores privados, com destaque para os setores imobiliário e da construção civil, coloquem seus interesses nas engrenagens da gestão das cidades – interesses esses que, no geral, contrariam, ou se sobrepõem, às necessidades mais básicas das populações vulnerabilizadas que vivem em regiões periféricas.

Atualmente, a população do Subúrbio Ferroviário de Salvador encontra-se bastante distante de processos participativos do desenvolvimento da capital baiana, ou do que se chama direito à cidade. Nesse contexto, grande parte das melhorias urbanas conquistadas por comunidades como Marechal Rondon e Alto do Cabrito, mesmo que implementadas pelo poder municipal, surgem de iniciativas das próprias comunidades organizadas. O conceito de ‘cidadania insurgente’, trabalhado por James Holston (2013), coloca que os processos históricos que culminaram na estrutura segregada, fragmentada e desigual das cidades brasileiras, dão condições para o surgimento de um conjunto de *práxis* cidadãs autônomas, protagonizadas por grupos socioeconomicamente vulneráveis, frequentemente subjugados pelas forças policiais, pelo sistema de justiça e pela própria conformação socioespacial das cidades. Movimentos sociais construídos em territórios populares, como a ONG Associação Emília Machado (AEM-BA) e a ONG Centro Cultural Teatro É ao Quadrado (E²), fazem surgir novos atores políticos na esfera pública que desestabilizam, mesmo que de maneira fugaz, processos urbanos garantidores dos interesses das elites econômicas e dos mercados financeiro, imobiliário e da construção civil, por exemplo, parcelas urbanas que, historicamente, se beneficiam da perpetuação de desigualdades.

A ONG Associação Emília Machado (AEM-BA) é um coletivo fundado em 2018 pela líder comunitária Emília Machado no bairro de Marechal Rondon. Após o inesperado

falecimento de Emília em 2022, no contexto da pandemia de Covid-19, a psicóloga Edlane Leal assume o papel de liderança da associação, que realiza ações diversas no bairro, a grande maioria delas direcionada à educação e formação de crianças e adolescentes, integrantes do projeto chamado Jovens Pensantes. Em parceria com projetos de pesquisa e de extensão da Universidade Federal da Bahia (UFBA) – como ‘Construindo comunidades saudáveis em favelas urbanas brasileiras’ e ‘Periferia em todos os cantos’ –, e com alguns órgãos da Prefeitura Municipal de Salvador, a AEM-BA organiza uma série de ações no bairro, oferecendo diversos serviços gratuitos e atividades artísticas e culturais, além de oportunidades educacionais para sua população, sobretudo os mais jovens, muitos dos quais recebem bolsa-auxílio da UFBA como incentivo à participação nas atividades do coletivo. Em maio de 2023, por exemplo, por iniciativa da organização, é realizada a Primeira Feira de Saúde Comunitária no Dique do Cabrito, espaço público que divide os dois bairros vizinhos. Na ocasião, alguns cursos da UFBA montaram *stands* de divulgação de pesquisas para divulgação científica, também foram expostos alguns resultados parciais dos projetos de pesquisa e extensão parceiros. Ademais, junto à Prefeitura Municipal de Salvador, no evento foram oferecidos serviços para a população, como palestras, atendimento psicológico, assistência social, exames de saúde, *shows* musicais, apresentações de dança e sarau de poesias. Em um bairro carente de serviços públicos e de atividades culturais, eventos como a referida feira são de grande importância para a população, que participa ativamente das ações.

No cotidiano da AEM-BA, são ofertadas diversas aulas e oficinas com temáticas variadas, além da realização de ações de solidariedade, campanhas comunitárias e de conscientização, e eventos artísticos com apresentações de dança, teatro, música e poesia. Os jovens têm, ainda, curso de preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), curso de informática básica e curso de inglês – esse último criado e ministrado pelo jornalista britânico Dom Phillips (1964-2022).

Durante a realização de oficinas e palestras na AEM-BA – ‘Urbanismo e bem-estar social’, ‘Potenciais do mapeamento colaborativo’, ‘Cidades Inteligentes para quem?’ –, pôde-se perceber que os jovens do coletivo possuem uma bem-fundamentada consciência política, fugindo do estereótipo do adolescente alienado, e demonstrando grande interesse pelos estudos, literatura, arte, questões políticas, sociais e urbanas. A AEM-BA mostra-se, portanto, como um importante espaço de resistência dentro de Salvador, pois enfrenta uma estrutura de poder e um padrão de ocupação do território já bastante estabelecido historicamente na cidade. Seja por meio de movimentações políticas, ações coletivas, atividades artísticas, educacionais e

culturais, o grupo transforma os caminhos previamente traçados para os jovens da comunidade – precarização, criminalidade e falta de oportunidades – criando fluxos novos e possíveis. A AEM-BA, portanto, possibilita caminhos para música, poesia, dança, teatro, educação, profissionalização, universidade, cidadania, tecnologia, transformações urbanas, política e, sobretudo, forma jovens conscientes das contradições do mundo, e da necessidade de transformá-lo.

No bairro vizinho a Marechal Rondon, o Alto do Cabrito, encontra-se a ONG Centro Cultural Teatro É ao Quadrado (E²). Fundada há mais de duas décadas pelas irmãs Elizete Cardozo e Elenilda Cardozo, o grupo promove o desenvolvimento da comunidade por meio de diversas ações, com destaque para as atividades artísticas e culturais. A produção teatral é a mais efervescente do coletivo, com mais de vinte espetáculos autorais já apresentados, todos com temas voltados para o contexto das comunidades periféricas de Salvador, fomentando cultura e lazer para diversos bairros de seu entorno. Além do teatro, o grupo também oferece para sua população, diversas atividades gratuitas, como oficinas e aulas de dança, música, poesia, capoeira, percussão, inglês, informática, reforço escolar, preparação para o ENEM, campanhas de arrecadação de alimentos e brinquedos, além do cultivo de uma horta comunitária. A vivência de muitos jovens dentro deste espaço, um ambiente de aprendizado, convivência coletiva, conflitos, responsabilidades, criatividade e transformação social, é determinante para a construção de caminhos potentes dentro de uma realidade que, muitas vezes, pode ser bastante limitada em termos de oportunidades.

Alguns desses caminhos potentes podem ser exemplificados a partir de outros coletivos que surgiram dentro do E², como as Mulheres Potentes e a Communitech. Mulheres Potentes é um grupo criado a partir de uma atividade de extensão da UFBA, com o objetivo de fortalecer e desenvolver ações com mulheres moradoras de bairros em situação de vulnerabilidade social de Salvador. O coletivo desenvolve atividades dentro do espaço do E² e alcança mulheres de diversas idades por meio de ações educativas, culturais e artísticas, além de realizar oficinas, cursos, eventos e rodas de conversas sobre temas relacionados aos papéis das mulheres na sociedade contemporânea. O coletivo realiza diversas discussões sobre desigualdade de gênero, e produz materiais – como livros, artigos científicos e produções audiovisuais – sobre a importância da atuação de mulheres em campos, historicamente, ocupados por homens, como a tecnologia, a ciência e a própria universidade. Já a *startup* social Communitech, criada em 2019 pelos jovens Alexandre Mota e Rodrigo Farias, oferece atividades diversas para a comunidade, como cursos de informática e de edição de vídeos, além de realizar rodas de

conversas sobre temas relacionados ao papel das tecnologias na sociedade contemporânea. Ademais, o grupo também produz o *podcast* Pare e Pense, que tem como público-alvo as moradoras e moradores de comunidades vulnerabilizadas em todo o Brasil.

É importante colocar que A UFBA, por meio de seus projetos de pesquisa e extensão, é uma importante mediadora entre o poder público municipal e os agenciamentos coletivos das comunidades de Marechal Rondon e Alto do Cabrito – AEM-BA e E², respectivamente. Contudo, vale apontar também que ambos os coletivos sempre tiveram atuações independentes, produzindo ações locais de cidadania diante da escassez de políticas públicas bem-direcionadas aos territórios localizados no Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Uma das atividades mediadas pela UFBA que envolve ambos os bairros e seus coletivos, é o chamado ‘mapeamento colaborativo’, em que os próprios moradores produzem informações e conhecimentos a respeito de suas comunidades. Desde 2017, jovens de ambos os bairros desenvolvem atividades que compreendem a cartografia como um instrumento de poder, e se valem de suas potencialidades em busca de transformações sociais e urbanas. Ao longo dos anos, algumas metodologias de mapeamento foram praticadas, todas envolvendo a participação de moradoras e moradores. Em um primeiro momento, cada jovem, carregando um mapa impresso em tamanho A3 e um questionário, passava de porta em porta conversando com as pessoas para identificar focos de doenças zoonóticas como dengue e leptospirose. As áreas apontadas nos mapas impressos eram, posteriormente, congregadas em *softwares* como o QGIS, sendo elaborados mapas com dados sobre a saúde ambiental das comunidades. Com o passar do tempo, outros mapas, para além dos de saúde, foram produzidos, abordando questões como segurança pública, qualidade do espaço e áreas de lazer. Posteriormente, os mapas e questionários físicos dariam lugar a mapas colaborativos mediados por plataformas tecnológicas.

A Vicon SAGA, plataforma de uso livre e aberto, foi a primeira a ser utilizada pelas comunidades do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Através dela, foi possível produzir mapas de forma mais ágil e com maior precisão, pois a função de marcar pontos, linhas e polígonos no próprio mapa virtual, permitiu que fossem feitas sobreposições, comparações e até relações entre cartografias distintas. A Vicon SAGA, portanto, deu maior complexidade ao mapeamento colaborativo. Seu modo de uso, entretanto, foi considerado pouco intuitivo e exigente de certa especialização, o que levou os grupos a buscarem uma nova alternativa que permitisse uma disseminação mais facilitada dos mapeamentos.

A plataforma +Lugar, utilizada atualmente pelos coletivos, permite que os jovens realizem o mapeamento caminhando pelas ruas de Marechal Rondon e Alto do Cabrito, carregando *smartphones* ou *tablets*, fornecidos pelos projetos de pesquisa e extensão da UFBA, interagindo com uma plataforma de linguagem simples e intuitiva, a partir da qual, de forma rápida e fácil, é possível encontrar pontos críticos – focos de doenças, acúmulo de lixo, regiões de alagamento, construções com risco estrutural etc. –, fotografar tais pontos, georreferenciar no mapa, categorizar e escrever comentários. O +Lugar pode produzir mapas de acordo com diferentes categorias – presença de animais, acúmulo de lixo, esgoto a céu aberto, pontos de alagamento, presença de entulho, vegetação alta, riscos de deslizamentos, falta de acessibilidade, riquezas e fragilidades do bairro – e é constantemente atualizado por Murilo Guerreiro Arouca, seu desenvolvedor.

A evolução das metodologias e das plataformas de mapeamento colaborativo em Salvador, permitiu também a ampliação do leque de objetos cartografados. Inicialmente, os mapas produzidos se limitavam a focos de doenças infecciosas nos territórios, mas com o passar dos anos, tornou-se possível também mapear áreas de risco, problemas de saneamento básico, questões de acessibilidade, qualidade de vias e calçadas, potencialidades artísticas, culturais e educacionais, além de apontar possíveis áreas para intervenções urbanas.

Os mapas e informações produzidos pela própria comunidade, são levados a órgãos municipais junto a reivindicações de melhorias urbanas nos bairros. Tal processo é chamado de “geração cidadã de dados”, ou GCD (Mota; Vieira, 2023). A GCD é um conjunto de ações praticadas por cidadãos e cidadãos a fim de gerar, recolher e utilizar informações para benefícios de suas próprias comunidades. Tais iniciativas se fazem necessárias, sobretudo em territórios populares, diante da ausência de políticas públicas planejadas para tais comunidades vulnerabilizadas. Portanto, o desprezo de agentes privados e a ineficiência do poder público em relação à produção de dados referentes a comunidades periféricas, cria a necessidade de mobilização popular para a produção própria de tais informações, que podem ser utilizadas posteriormente para a elaboração de políticas públicas objetivamente direcionadas aos problemas levantados.

O mapeamento colaborativo realizado em Salvador, por fim, pode contribuir para transformações urbanas efetivas nas comunidades do Subúrbio Ferroviário soteropolitano, produzindo novos olhares sobre tais bairros, e proporcionando a moradoras e moradores um maior poder de negociação com a administração pública municipal para a elaboração de projetos e políticas que se baseiem em dados concretos. Dessa forma, se fortalecem as

comunidades e se aumenta o senso de pertencimento-responsabilidade para com os espaços coletivos.

Iniciativas como a AEM-BA e o E², apoiadas em parcerias com a UFBA e com órgãos da Prefeitura Municipal de Salvador, constroem um trabalho social de grande impacto nas comunidades de Marechal Rondon e Alto do Cabrito. Tais trabalhos apresentam uma interseccionalidade bastante ampla e potente, de maneira que tais agenciamentos coletivos viabilizam políticas públicas nos âmbitos da educação, saúde, cidadania, bem-estar, conscientização, arte, cultura, tecnologia, empreendedorismo, questões de gênero e profissionalização. O mapeamento colaborativo é uma atividade que se destaca dentre as diversas ações dos coletivos, pois aproxima a participação cidadã da elaboração de políticas públicas, colocando em prática, em alguma medida, o direito à cidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apesar da grande relevância local dos trabalhos realizados pela AEM-BA e pelo E², é pertinente apontar algumas limitações e dificuldades que os coletivos enfrentam em suas atuações. Um primeiro apontamento pode ser feito em relação aos espaços físicos onde funcionam os grupos. São espaços adaptados de construções preexistentes, que não oferecem as melhores condições arquitetônicas para a execução das atividades diárias. Questões como ausência de acessibilidade, ausência de isolamento acústico, presença de infiltrações e falta de segurança física e estrutural, são pontos a serem observados em ambas as construções. Outra questão que aflige os coletivos é a falta de financiamento. Para além das bolsas que alguns jovens recebem de projetos de pesquisa e extensão da UFBA, os grupos se sustentam apenas por meio de doações e contribuições da própria comunidade, o que coloca as atividades possíveis de serem realizadas dentro do escopo de um orçamento bastante limitado. Pode-se apontar também para certa dificuldade de articulação popular com um público mais amplo dos bairros, para além dos jovens que integram os programas e suas famílias, pois o alcance dos grupos é relativamente pequeno em relação à população geral dos territórios em que atuam. Por fim, talvez os problemas mais graves dos bairros, e que os grupos não conseguem atingir de forma efetiva, sejam as questões da segurança pública, da violência urbana e do tráfico de drogas, pontos que limitam a atuação dos coletivos em certas regiões dos bairros e estabelecem, em muitos momentos, um ambiente de medo e perigo. As questões apontadas impedem que a AEM-BA e o E² atinjam toda a potencialidade que tais grupos possuem no sentido da transformação social de seus territórios.

Uma maior valorização dos coletivos, tanto por parte da UFBA e de outras universidades, quanto por parte da Prefeitura Municipal de Salvador e de outros órgãos do Estado, aumentará o alcance das ações dos grupos e, conseqüentemente, seus desdobramentos em políticas públicas destinadas a tais territórios. Seja por meio de financiamento, público ou privado – que pode ser revertido em mais bolsas-auxílio, reformas e adequações arquitetônicas nas sedes, compras de equipamentos e materiais, melhorias urbanas nos bairros etc. – ou outras formas de parceria (como disponibilidade de pessoal para treinamentos, infraestrutura para eventos, divulgação etc.), entidades da administração pública e da educação superior têm muito a contribuir para o aprimoramento dos trabalhos realizados pelos coletivos AEM-BA, em Marechal Rondon e E², no Alto do Cabrito, assim como para diversos outros bairros do Subúrbio Ferroviário de Salvador e seus agenciamentos coletivos organizados.

Em relação ao mapeamento colaborativo, um projeto que abrange os dois coletivos estudados, aponta-se também para algumas potencialidades que podem ser exploradas com mais profundidade. Outros pontos podem ser amplamente mapeados, compilados em dados e levados a órgãos do poder público municipal como formas de reivindicações de melhorias urbanas. É o caso da produção de mapas de acessibilidade, de condições de caminhabilidade, de construções com risco estrutural, de áreas com concentração de focos de doenças, de problemas de trânsito, de regiões inacessíveis para a coleta de lixo, da falta de espaços públicos, áreas verdes e mobiliários urbanos, de locais com iluminação noturna insuficiente, dentre outros. Para além dos problemas urbanos, também as potencialidades dos bairros podem ser mapeadas, como os espaços de reunião, de arte e cultura, possíveis locais para a construção de praças ou *pocket parks*, possíveis áreas para intervenções urbanas, artísticas ou com potencial turístico. O mapeamento das potencialidades, assim como dos usos (comercial, serviços, religioso, institucional, educacional, saúde etc.) pode ser a base para a elaboração de guias dos bairros (físicos ou digitais), que servirão às moradoras e moradores, também a visitantes.

Por fim, a AEM-BA e o E² são coletivos que apresentam um grande potencial de expansão dentro de seus bairros, e são exemplos para bairros vizinhos e para outras comunidades soteropolitanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato de experiência relaciona conceitos como “empreendedorismo urbano”, “especulação imobiliária”, “direito à cidade”, “participação cidadã”, “cidadania insurgente” e “geração cidadã de dados” com atividades práticas realizadas em comunidades

do Subúrbio Ferroviário de Salvador no escopo de uma pesquisa de doutorado em arquitetura e urbanismo da UFBA. O estudo observa que os territórios periféricos brasileiros – apesar de estarem colocados sob certo desinteresse do setor privado e das próprias administrações municipais que, a partir de uma lógica neoliberal, transfere poderes de decisões sobre as cidades para os interesses de atores privados – apresentam um grande potencial de transformação social a partir de ações locais envolvendo suas populações, sobretudo a juventude. É, justamente, o aparente abandono de tais territórios, o que gera, historicamente, a necessidade de articulação coletiva que move os grupos sociais organizados.

Vale apontar, contudo que, muitas vezes, o trabalho dos coletivos é insuficiente para a geração de transformações mais robustas. Nesse contexto, as universidades se apresentam como importantes mediadoras entre as comunidades, os investidores privados e os administradores públicos, e é seu dever atuar dentro de tais territórios. Os poderes públicos municipais, por sua vez, têm o dever de dedicar uma maior atenção para essas comunidades, deixando de lado os preceitos do empreendedorismo urbano, que regem as atuais formas de gestão das cidades brasileiras.

As políticas públicas, portanto, não podem ser limitadas por seus retornos financeiros. Valorizar os agenciamentos coletivos (movimentos sociais, ONGs, associações de bairros, grupos artísticos, etc.) é uma forma eficaz de produzir políticas públicas de qualidade, na medida em que uma participação cidadã efetiva é fundamental para que os territórios que mais necessitam de atenção, possam ser contemplados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001** (Estatuto da Cidade). Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 25 jul. 2024.

CARVALHO, Inaiá; CORSO-PEREIRA, Gilberto. A Cidade como Negócio. **EURE**, v. 39, n. 118, p. 2–26, set. 2013.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Revista Piauí**, jul. 2013. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. Tradução: Claudio Carina. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MOTA, Polinho; VIEIRA, Gilberto. Geração Cidadã de Dados. **data_labe**, 18 set. 2023. Disponível em: <https://datalabe.org/geracao-cidada-de-dados/>. Acesso em: 10 jan. 2024.